



## A “Nova Atlântida”. Entre o Atlântico e a Europa – um sentido para o devir português do século XX

Luís Farinha

### Introdução

Pela nossa deriva solitária ao longo do Atlântico Sul impúnhamos à Europa uma vocação que se confundirá com o seu destino e ao mesmo tempo revestíamo-nos para sempre – sem o saber – de uma identidade anómala.

Eduardo Lourenço, *Ensaio* (13), *Público*, 15.1.2013

*Finis Patriae* (1890) é o título de um dos poemas mais genuinamente patrióticos de Guerra Junqueiro, o “poeta da República”, escrito há pouco mais de um século, em plena crise nacional da Regeneração – o capitalismo português –, e do lance colonizador idealizado sob a bandeira do audacioso (e contudo improvável) “Mapa Cor-de-Rosa”<sup>1</sup>. Ele é um bom indicador – a par da obra do caricaturista Rafael Bordalo Pinheiro –, da crise mental que as elites portuguesas viveram na mudança de século.

1890, o ano da maior crise do regime político monárquico-constitucional e do maior abalo do sistema económico liberal português: a primeira havia de desembocar no levantamento republicano falhado de 31 de Janeiro no Porto, duas décadas antes da implantação da República; o segundo, numa profunda alteração do modelo económico nacional, livre-cambista, fomentado por Fontes Pereira de Melo desde 1851.

Impedido de manusear a seu belo prazer os habituais “fundos de compensação” (constituídos basicamente por remessas de emigrantes brasileiros e por “exportação” de mão-de-obra negra para as minas do Rand), o

1 O “Mapa Cor-de-Rosa” – atribuído ao ministro dos Negócios Estrangeiros Henrique Barros Gomes – evidencia a ambição (embora desmesurada) de uma pequena potência europeia como Portugal em possuir um vasto território africano, de Angola e Moçambique. Sustentava esse desiderato sobre os “direitos históricos” afirmados desde Quatrocentos, mas principalmente numa resposta política aos sucessivos agravos com que foi confrontado o país no contexto da disputa europeia sobre o continente africano. Esses agravos foram sendo sentidos desde os tratados de Lourenço Marques (1881) e do Congo (1884), depois dos resultados da Conferência de Berlim (1884-1885) e, muito especialmente, depois do Ultimato inglês (1890). Na Conferência de Berlim, Portugal foi preterido nas suas pretensões sobre a foz do Rio Congo, em favor de um entendimento mais estreito celebrado entre a tradicional aliada, a Grã-Bretanha, e a Alemanha.

Estado português entrou em bancarrota em 1891-1892. A economia portuguesa tornou-se incapaz de exportar e as elites nacionais impuseram (através do Estado oligárquico) uma política proteccionista.

Porém, o frágil mercado interno impedia um desenvolvimento industrial com capacidade de crescimento e modernização. Chegava assim o tempo dos “africanistas”: ideólogos e agentes da “pacificação” em África. As elites portuguesas viam no novo “eldorado africano” o território ideal para a extensão do mercado nacional. A Monarquia soçobrou, a I República deu lugar a um Estado autoritário, mas nenhum dos três regimes pôs alguma vez em dúvida a estratégia nacional imperialista. Sob o manto de diferentes leis orgânicas e de aparentes divergências nos objectivos e graus de colonização, há uma linha coerente de longa duração que inspira esta estratégia nacional colonialista e imperialista assente no pressuposto de que Portugal não conseguiria subsistir (na Ibéria, na Europa e no Mundo) sem as suas colónias africanas. Esta “verdade” inabalável subsistiu entre as elites portuguesas – apoiantes ou desafectas aos diferentes regimes – até meados dos anos 60, por uma altura em que já era perceptível a oscilação da política externa portuguesa entre a África e a Europa e quando já parecia inevitável o abandono das colónias e a integração do país no Mercado Europeu.

### Colonização como resposta à crise

Fundar um grande Império na África do Sul, como defronte, na outra ourela do Atlântico, concertámos os alicerces de um outro, não menos rico e grandioso, que projecto genial!

Basilio Teles, *Do Ultimatum ao 31 de Janeiro*

Em 1891, as dificuldades de exportação (mais do que a necessidade de substituição de bens) – de mão-de-obra, de emigrantes, de produtos agrícolas – levam as elites a dirigir-se para uma política de desenvolvimento voltada para o mercado interno, se possível alargado ao mercado colonial (quase inexistente por esta época: em 1912 havia em Angola 7000 portugueses da metrópole).

No entanto, estes produtos voltados para o mercado interno e colonial são oriundos de setores não competitivos a nível internacional e derivam da transformação de produtos agrícolas ou do mar e de matérias-primas coloniais. Algumas delas, como o cacau de S. Tomé, são reexportadas diretamente para os mercados europeus.

Entre os setores de transformação estão as conservas de peixe, cortiça em obra, citrinos e conservas de fruta. O setor têxtil (apesar de alguns núcleos importantes na Covilhã ou no vale do Ave), nunca conseguiu competir com o exterior e, por isso, nunca descolou de uma produção que associava a fábrica ao trabalho familiar à peça.

Perante estas dificuldades internas e de participação no mercado internacional – avolumadas pela crise financeira e pela dificuldade de obter as habituais “compensações” –, o país inteiro, não só as elites, mas igualmente o operariado e o funcionalismo, voltam-se para a defesa de uma política autárquica, reivindicam o protecionismo do Estado e fixam-se, de forma quase mítica, na ideia da criação de um “eldorado africano” – a refundação dos “novos brasis em África”. Um espaço de dimensão dupla – o “vêlo de ouro” de onde havia de sair a salvação económica de um país dependente e, simultaneamente, o lugar mítico onde havia de recuperar-se o sentido messiânico de uma pátria/mátria de novos espaços lusos no Atlântico Sul. Seria um lugar novo, a construir pelos novos nautas do século XX – a “Nova Atlântida”, na expressão feliz de Eduardo Lourenço, em *Ensaio* recente (ver introdução).

Neste sentido, refiram-se três medidas emblemáticas – a publicação da “Lei dos Cereais” (Elvino de Brito, 1899), acompanhada da criação do “pão político”; a publicação da pauta protecionista de 1891; e o início das “campanhas de pacificação” em África.

Nenhuma delas permitiu o “salto” desejado do desenvolvimento do país, embora tenham permanecido em vigor mesmo durante a República. A “Lei dos Cereais” potenciou o latifúndio alentejano e a agricultura extensiva, com empobrecimento dos solos e produção cara, face aos preços do mercado internacional; o “pão político” (resultante de uma compensação paga pelo Estado aos moageiros e à panificação) não tornou o pão melhor nem mais barato, antes fez crescer um importante setor que dependia inteiramente do Estado e que, durante a República havia de concorrer para a sua queda, quando o regime, por absoluta necessidade de correção das contas públicas decidiu acabar com o “pão político”. A pauta proteccionista de 1891, potenciando indústrias voltadas para o mercado interno – ele próprio pobre e reduzido –, aprofundou a baixa produtividade, pulverizou os setores industriais (a fabriqueta do vão de escada) e impediu a modernização tecnológica. As “campanhas de pacificação” e a concomitante “ocupação” ficaram reduzidas a uns quantos atos heroicos de “Mouzinhos” e outros; não fora a I Guerra Mundial (e as expedições de Alves Roçadas e Pereira d’Eça aos Cuamatos), com apoio dos ingleses e uma mobilização forçada do país entre 1914 e 1919, a pacificação/ocupação ficariam (como de algum modo ficaram...) adiadas para a verdadeira “recolonização” dos anos 1950, quando em África já sopravam os “ventos da descolonização” e da luta armada de libertação nacional.

## Pátria, República e Império

As colónias acabarão de vez com a fome em Portugal.

Álvaro de Castro, Chefe do Governo, 1920

### Colónias portuguesas

A descentralização e a selecção do funcionalismo são a sua salvação segundo o sr. director geral das colónias



Figura n.º 1 – Mapa “Europa e colónias portuguesas” (1911). Fonte: *O Século*, 15 de junho de 1911.

A I República, implantada em 1910, foi um regime “avançado”, com alguns dos seus atores inspirados por ideologias liberais e democráticas e, em menor grau, por ideias socialistas, libertárias e de “livre-pensamento”. Conceberam uma visão “avançada” de democracia mas, como homens do seu tempo, foram incapazes de idealizar uma sociedade plurirracial com igualdade de direitos para todos os “portugueses” das colónias, brancos ou negros.



Figura n.º 2 – República Portuguesa – Postal desdobrável em 10 partes com representação das províncias portuguesas, do Minho à África. Fonte: FMS, 1911 [?]

Sedimentada em tempos de descrença e de crise nacional, a sua ideologia embebeu-se de um acrisolado patriotismo e manteve (ou até aprofundou) a crença na construção de um espaço continental e colonial integrado, embora repensado na perspetiva de uma autonomia progressiva das colónias e de uma independência inevitável no tempo longo (como, aliás, já acontecera no Brasil). Portugal era considerado, na sua natureza política, o mesmo, do Minho a Timor, como se apressara a veicular a propaganda republicana dos primeiros tempos do regime: as diferenças culturais e civilizacionais e as distâncias brutais entre Trás-os-Montes e Macau não pareciam ainda ensombrar o mítico Portugal pluricontinental e plurirracial que a “ideia” republicana representava iconograficamente de uma forma naturalista, ingénua e descomprometida<sup>2</sup>. A República herdara um Império ainda em construção, embora com fronteiras praticamente delimitadas e com as “campanhas de pacificação” em plena execução política e militar. Escasseavam, contudo, os meios financeiros e os recursos bélicos para continuar a obra, sendo Portugal a potência europeia mais débil no concerto das nações europeias e, simultaneamente, aquela que mais extensos territórios possuía em África<sup>3</sup>.

2 Ver Figura n.º 2, Postal “Pátria”. Trata-se de um desdobrável composto de 10 postais (organizados em *puzzle*) alusivos às províncias portuguesas, publicado em 1911 [?]. Ao centro, a República, iluminada por uma aura de luz solar e a legenda “Pátria”. Aos seus pés, sobre uma fita rosa, vermelha e verde, em legenda, o verso do Poeta: “Esta é a Ditosa Pátria Minha Amada”.

3 Ver Figura n.º 1, Mapa “Europa e colónias portuguesas” e Figura n.º 3, Mapa “Portugal não é um país pequeno”. Ao contrário do que podia pensar-se,



Figura n.º 3 – Mapa "Portugal não é um país pequeno". Fonte: Portugal não é um país pequeno..., ACPECP, Palácio Foz, 1934 [?]

A construção do Império Africano constituiu um dos – senão o maior – objetivos políticos da República: para uma pequena potência como Portugal, a integração na moderna Europa do início do século XX só poderia ter lugar com a defesa da sua soberania sobre os extensos espaços africanos. Construiu boa parte da sua propaganda, especialmente depois do Ultimato de 1890, com a promessa de constituir uma alternativa política à derrotada Monarquia e capaz de concretizar, em obra colonizadora, a “herança histórica sagrada” dos portugueses de Quatrocentos. O “destino português” seria o de “dar novas pátrias ao mundo”, nas palavras de Augusto Casimiro, o “poeta-soldado”, superando o desânimo nacional dos finais do século XIX e inventando, no “mar profundo e vasto do futuro as muitas índias por descobrir”<sup>4</sup>.

Definido o objetivo e reinventada a “mística imperial”, restava o mais difícil: conseguir os meios para a colonização africana, tanto mais que, desde os finais do século XIX, as grandes potências europeias, nossas credoras, se apressavam em exigir uma nova partilha de África, com o argumento de que nos faltavam os meios materiais para efetivar a colonização e que, por isso, a realizávamos com recurso a “trabalho forçado”<sup>5</sup>.

Implantada a República, a administração republicana apressou-se a dar os primeiros passos: consagrou o regime de descentralização na Constituição de 1911 e fez promulgar, em 15 de agosto de 1914, as leis n.º 277 e n.º 278, leis-base da organização administrativa e financeira das colónias: previam largos poderes para os governadores, cabendo a cada província a tarefa de elaborar a sua própria carta orgânica.

Coube a Norton de Matos a tarefa de pôr em prática o novo modelo de colonização em Angola, voltado, nas suas palavras, para “a civilização dos indígenas e o seu progresso”, embora numa África já batida pelos vendavais da I Guerra Mundial<sup>6</sup>. O novo governador-geral ensaiou uma política de defesa de fronteiras, com

o mapa da Figura n.º 3, divulgado pelo Estado Novo no início da década de 1930, não constitui uma inteira novidade, antes se inspirará na visão imperial do mapa da Figura n.º 1. A continuidade da visão imperial da I República para o Estado Novo parece indiscutível: as colónias portuguesas eram do tamanho da Europa. Bastava que se concretizasse o Império para que o pequeno país europeu se pudesse salvar da sua pequenez.

4 Augusto Casimiro (Amarante, 1889-Lisboa, 1967) foi capitão do exército, poeta da Renascença Portuguesa, marcador de fronteiras no Norte de Angola, administrador colonial, “soldado-herói” do *front*, resistente republicano à Ditadura Militar e ao Estado Novo (contra o Ato Colonial), diretor da *Seara Nova* até à sua morte (AUGUSTO, 1989:13-24; “CASIMIRO, Augusto”, *Grande Enciclopédia Portuguesa Brasileira*, vol. 6: 137).

5 Os interesses britânicos e sul-africanos acusavam Portugal de ineficácia colonizadora. No início do século XX, a campanha contra a deslocação de trabalhadores “contratados” de Angola para as roças de S. Tomé e Príncipe alimentava uma imprensa europeia demolidora e os respetivos circuitos diplomáticos. Em 13 de agosto de 1913, concluiu-se um acordo anglo-germânico de partilha das colónias africanas de Portugal (numa versão atualizada de um outro acordo celebrado em 1898). Sobre estes acordos ver TEIXEIRA, 1999: 494-520.

6 José Maria Mendes Ribeiro Norton de Matos (Ponte de Lima, 1867-1955) foi nomeado governador-geral de Angola por decreto de 20 de abril de

o apoio da grande expedição militar de Alves Roçadas enviada pela Metrópole, iniciou uma “política de porta aberta” em matéria de concessões a capitais e interesses estrangeiros, mas deixou a obra em meio quando foi chamado a comandar o esforço de guerra, como ministro, nos governos democráticos de Afonso Costa.

A concentração de meios militares em Angola e Moçambique, entre 1914 e 1919, permitiu a conclusão da “pacificação” e o esforço de guerra na frente europeia tranquilizou, por alguns anos, a questão da nova partilha das colónias: Portugal assegurava na Conferência de Paz de Paris a posse dos seus territórios de além-mar, embora a guerra tivesse constituído um pesado óbolo a pagar pela manutenção dos territórios africanos. Abria-se, contudo, uma nova oportunidade para a colonização portuguesa que passava a poder contar com o apoio dos interesses britânicos: de ora em diante, Portugal tentaria obter esse apoio, em troca de concessões que não pusessem em causa a “nacionalização” dos mercados coloniais e que, simultaneamente, fosse suficientemente compensador para a Grã-Bretanha em termos económicos e geoestratégicos. No pós-guerra, e apesar das debilidades financeiras e políticas da Nova República, foram reforçados os mecanismos de autonomia das províncias ultramarinas, com a criação da figura do alto-comissário e lançados planos de desenvolvimento, baseados em colónias de povoamento branco que, num prazo não muito longo, possibilitariam a unificação económica, comercial e política de um “Império único”. A par desta unidade imperial, propunha-se a elevação dos povos coloniais a um estatuto que os aproximasse, no tempo longo, a uma integração no Império português. A crise final da I República está indissolúvelmente associada à incapacidade do país para concretizar um plano colonial de semelhante envergadura: faltavam os meios materiais e financeiros para a sua realização. A imposição do Ato Colonial em 1930, centralizador e limitador da autonomia colonial, veio dividir e antagonizar os setores republicanos que até aí tinham apoiado a política colonial<sup>7</sup>. A linha de divisão entre “centralistas” e “autonomistas” coincidiu, numa primeira fase, com a oposição entre defensores e opositores da Ditadura Militar, respetivamente. De facto, só nos anos seguintes se veio a recompor o quadro das elites nacionais que irão apostar, de novo, na criação do Império.

## A “nova largada” ou a “reconquista de Angola”

Nós existimos na história, livres, porque resistimos à Espanha e nos prolongámos além do mar.

Augusto Casimiro, *Reconquista de Angola*, agosto de 1960

Recomposto o regime do sobressalto que sobreveio ao fim da II Guerra Mundial e inutilizadas as oposições internas (pelo dismantelamento do MUD e pela prisão dos mais intransigentes), impunha-se a Salazar uma certa reforma do regime sem pôr em causa a sua continuidade. Para o Estado Novo, as décadas de 1940-50 abriam-se sobre o quádruplo desafio da reforma política do regime, do desenvolvimento económico – em Portugal e nas colónias –, da necessidade de garantir o apoio externo das democracias ocidentais, particularmente da Grã-Bretanha e dos EUA, bem como dos organismos internacionais destinados à manutenção da paz e à

1912, vindo a ser exonerado por decreto de 27 de fevereiro de 1915. Foi ministro da Guerra de 19 de junho de 1915 a 10 de dezembro de 1918 (MELO, 1996: 553-555).

7 Ficaria célebre a disputa entre Cunha Leal e Salazar, explicitada em diferentes obras daquele republicano liberal e administrador do Banco de Angola e, muito especialmente, em *A Obra Intangível do Dr. Oliveira Salazar*, 1930. Salazar responde com a deportação de Cunha Leal do país, em 26 de maio de 1930, depois de este ter criticado o Ato Colonial no 3.º Congresso Colonial, reunido em Lisboa em maio de 1930. Conhecidas são também as oposições desencadeadas por antigos governadores coloniais e por membros do Conselho Superior de Colónias, como o coronel Utra Machado ou o comandante Jaime de Morais, justamente dois dos mais acérrimos republicanos opositores de Salazar. Ou ainda por Augusto Casimiro, um ex-governador interino de Angola.

reconstrução económica e, por último, em responder ao desafio da manutenção e recolonização (entretanto ameaçada) dos espaços ultramarinos.

Entre os “africanistas” e na Assembleia Nacional os debates são duros e frontais sobre cinco questões fundamentais que não tinham obtido solução antes da Guerra, a saber: que meios militares se tornavam indispensáveis para garantir a segurança dos capitais e da população branca?; que reformas administrativas se impunham para permitir a ocupação efetiva do território e a aceitação do domínio português pelas populações colonizadas e pela comunidade internacional?; como estimular a transferência de capitais portugueses para as colónias e como garantir os investimentos internacionais sem abrir as portas, de forma descontrolada, ao capitalismo mundial?; como promover a “colonização branca” sem comprometer o equilíbrio económico-social da metrópole?; e, por fim, como reformar o estatuto das populações autóctones sem comprometer uma “integração” controlada e os riscos do separatismo? O desafio seria de vida ou de morte. Nas palavras de um desses “africanistas”, o ministro das Colónias (e depois do Ultramar) Sarmento Rodrigues, Portugal encontrava-se “à beira de um cataclismo” ou “no limiar de uma nova epopeia”<sup>8</sup>.

A política colonial salazarista conduziu à guerra colonial porque estava (muito) longe dos seus horizontes a valorização efetiva da “condição indígena” e, muito menos, qualquer tipo de autonomia referendada que pudesse culminar em separatismo ou em independência. “Para Angola e em força” era o grito de guerra expresso por Salazar em nome de uma política que aceitava pagar o pesado óbolo da guerra em troca da segurança sobre os recentes investimentos estabelecidos pelo país em África.

Uma grande parte da oposição republicana acompanhou esta “nova largada” colonizadora com um entusiasmo contido e com um olhar crítico e desconfiado. Dispunha-se a concordar com as condições e os objetivos, mas discordava das metas a atingir e, principalmente dos processos de colonização do Salazarismo: um regime antidemocrático nunca poderia promover uma igualdade efetiva e progressiva dos colonos e dos “elementos nativos” e, por maioria de razão, jamais consideraria oportuna a consulta dos povos coloniais sobre o seu estatuto político, como recomendavam as Nações Unidas. Pelo contrário, consideravam que o modelo de desenvolvimento colonial iniciado pelos altos-comissários em Angola e Moçambique nos anos 1920 continuava a constituir um exemplo para o período pós-guerra<sup>9</sup>. Concludente sobre este desígnio colonial – a “Missão Histórica” de Portugal – foi a síntese apresentada ao concurso do “Prémio de Abílio Lopes do Rego”, na Academia das Ciências, por Norton de Matos, em janeiro de 1953, sob o título de *A Nação Una*. Um livro técnico e doutrinário, onde o antigo alto-comissário de Angola recusava qualquer tipo de separatismo com base na ideia simples de que a obra colonizadora dos portugueses tinha deixado raízes indestrutíveis para as gerações seguintes. O progresso dos territórios de além-mar só poderia fazer-se, segundo Norton de Matos, pela aplicação do princípio da “unidade nacional”. Do mesmo modo que Portugal podia executar o *apartheid*, também o poderia fazer em relação ao separatismo. Em 1952, continuava a exortar os portugueses:

Tomai a peito o desenvolvimento paralelo dos territórios portugueses: que a totalidade dos recursos e das energias nacionais seja aproveitada para a organização da Nação Una, que a todos toquem os sacrifícios e as vantagens. «Tudo para todos» deve ser a vossa divisa<sup>10</sup>.

8 RODRIGUES, 1955: 48.

9 Em *Angola e o Futuro* [1960], uma coletânea de textos e contributos escritos desde os anos 1940, Augusto Casimiro, um antigo colaborador de Norton de Matos em Angola, considerava que continuavam atuais os princípios defendidos por aquele alto-comissário em 1926: a “civilização portuguesa” continuava a mostrar condições especiais “para transformar as civilizações primitivas e para se adaptar a variadas regiões”, mercê da sua experiência multissecular nos trópicos.

10 MATOS, 1953: 4.

Havia uma concordância expressa entre a oposição republicana e o regime quanto à oportunidade e às condições básicas da colonização portuguesa: a soberania e a independência de Portugal só seriam garantidas pela “empresa de além-mar” e os portugueses apresentavam, pela sua experiência histórica, uma especial aptidão colonizadora. Separava-os, contudo, os métodos, e muito especialmente para a geração mais recente de republicanos. Para estes últimos, a colonização dos novos tempos exigia uma “política de cooperação” e não de assimilação, já que consideravam a segunda como uma forma de colonização forçada. Impunha-se, ainda nas palavras de Augusto Casimiro, uma “reconquista” de Angola e de Moçambique<sup>11</sup>, sem abandono nem repressão dos povos coloniais a quem deviam antes ser dados meios de desenvolvimento e de valorização social e cultural que lhes permitissem ultrapassar o “estado primitivo” em que se encontravam. Ao Estado português caberia mobilizar a riqueza daquelas terras novas, “erguendo o nível das populações”, “aumentando o património caseiro” e criando “civilização” ao serviço do mundo. Tal política obrigaria a uma alteração do estatuto tanto de “brancos” como de “negros” e, antes de mais, a uma alteração da situação política em Portugal. Só estas alterações concomitantes permitiriam uma autodeterminação com base numa consulta referendária, de acordo com as normas definidas na ONU pela comunidade internacional.

## Epílogo

Os “últimos” republicanos tiveram ainda a possibilidade de vislumbrar o fim do Império e de propor uma “terceira via” como alternativa à guerra que consideravam desastrosa para Portugal e para os povos das colónias<sup>12</sup>. Com a “questão de Goa” e o início da guerra em Angola, decidiram-se por “sucessivos avisos à navegação” do Governo, antecipando o avizinhar de uma tempestade violenta, como resultado do domínio da solução militar sobre qualquer posição de compromisso político pela parte de Salazar. Em *Pátria em Perigo* (1962) e em *Ilusões Macabras* (1963), Cunha Leal constituíra-se justamente como a voz da oposição democrática organizada na Ação Democrato-Social, que defendia o primado da solução política sobre a solução militar e a abertura imediata de negociações para a constituição de uma plataforma de acordo que envolvesse Portugal e alguns países da ONU, entre eles os EUA, com vista à preparação de um processo democrático de autodeterminação dos povos africanos sob domínio português. De resto, já desde a campanha eleitoral de 1957 que Cunha Leal (e aqueles a quem poderíamos designar de oposição social-democrata) se encaminhara para uma posição de transigência e de negociação. Em *As Minhas Razões e as Razões dos Outros – Ecos de uma Campanha Eleitoral* (1957), Cunha Leal delineia aquele que será o programa descolonizador da oposição democrática moderada: aceitação do princípio da autodeterminação, seguido de fatal independência, sempre que houvesse condições sustentáveis para a criação de um país e os seus habitantes o desejassem, depois de uma fase de transição pactuada.

Esta foi, igualmente, a posição defendida por Henrique Galvão na sua ida à ONU, em 9 de dezembro de 1963, como peticionário, a convite da 4.ª Comissão Especial sobre Descolonização<sup>13</sup>. Posições muito próximas, aliás, dos planos de descolonização propostos pela administração norte-americana, em 1962 e 1963, e renovados pelo designado “Plano Anderson”, em 1965: depois de um período de transição de oito anos, os

11 *Reconquista de Angola* é o título de um texto (manifesto), escrito muito provavelmente em 1960 por Augusto Casimiro. Com algumas alterações, o texto foi também publicado no jornal *Reconquista de Angola*, em 15 de agosto de 1960. Nele se defende uma colonização de tipo novo, com um novo estatuto para os povos coloniais e uma política não repressiva que permitisse evitar uma solução extrema de guerra e de abandono forçado dos colonizadores (BNL – *Espólio de Augusto Casimiro*, Reservados, D5).

12 Interessante a carta dirigida por Augusto Casimiro a Cunha Leal, agradecendo a oferta do livro deste último, *A Pátria em Perigo*, em 1 de julho de 1962. Portugal não conseguira, por razão da sua imprevidência, “fugir ao abismo” da guerra e da destruição dos seus espaços africanos (BNL – *Espólio de Augusto Casimiro. Correspondência*. Reservados, D5).

13 FARINHA, 2000:18-28.

povos coloniais seriam chamados a autodeterminarem-se através de um plebiscito, preparado através de conversações entre portugueses e africanos<sup>14</sup>.

Nos derradeiros tempos do Império, estes republicanos voltavam a conceber um utópico espaço imaginário afro-luso-brasileiro, de natureza federal ou confederal, baseado naquela que consideravam ser uma secular cultura comum e uma especial vocação luso-tropical e atlântica de pacífica convivência multirracal. E nem a formulação pelo ministro de Estado Correia de Oliveira do Mercado Comum Português<sup>15</sup> lhes parece ser uma ameaça ao espaço atlântico que vislumbram e defendem: o desenvolvimento das colónias e o “melhoramento da vida nativa” aumentariam as capacidades de resposta de Portugal ao mercado livre europeu a que, por razões inevitáveis, o país tivesse um dia que aderir<sup>16</sup>. Divididos entre a África e a Europa, buscavam no “eldorado africano”, os meios materiais para abraçar o novo ciclo europeu que se anunciava no horizonte.

Esta teria sido a outra fase da “Nova Atlântida”.

## Bibliografia

- ALEXANDRE, Valentim, 2000 – *Velho Brasil, Novas Áfricas – Portugal e o Império (1808-1875)*. Porto: Edições Afrontamento.
- ALEXANDRE, Valentim, 2010 – “A República e a Construção do Império” in *Viva a República 1910-2010 (Catálogo)*. Lisboa: Centenário da República, p. 145-149.
- AUGUSTO Casimiro (1889-1967), *Mostra bibliográfica*, 1989 (Apresentação de Alberto Pedros). Lisboa: BN.
- CAMACHO, Brito, s/d – *Moçambique – Problemas coloniais*. Lisboa: Guimarães & C<sup>ª</sup>.
- CASIMIRO, Augusto, [1960] – *Angola e o Futuro*. Lisboa: Seara Nova.
- CASIMIRO, Augusto, 1921 – *Portugal e o Mundo. Um Sentido Português*. Coimbra: Coimbra Editora.
- “CASIMIRO, Augusto”, [1960] in *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*. Lisboa/Rio de Janeiro, vol. 6.
- CLARENCE-SMITH, Gervase, 1990 – *O Terceiro Império Português, 1825-1875*. Lisboa: Teorema.
- CASTELO, Cláudia, 1998 – *O Modo Português de Estar no Mundo. O luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961)*. Porto: Edições Afrontamento.
- FARINHA, Luís, 2000 – “Henrique Galvão e o Império”. *História*. Lisboa, ano XXII (Nova Série), n.º 21, p. 18-28.
- FERREIRA, José Medeiros, 1992 – *Portugal na Conferência de Paz – Paris 1919*. Lisboa: Quetzal Editores.
- LEAL, Cunha, 1930a – *Oliveira Salazar, Filomeno da Câmara e o Império Português*. Lisboa: Edição do Autor.
- LEAL, Cunha, 1930b – *A Obra Intangível do Dr. Oliveira Salazar*. Lisboa: Edição do Autor.
- LEAL, Cunha, 1957 – *As Minhas Razões e as Razões dos Outros – Ecos de uma Campanha Eleitoral*. Lisboa: Edição do Autor.
- LEAL, Cunha, [1962] – *O Colonialismo dos Anticolonialistas (Coisas do Tempo Presente)*. Lisboa: Livraria Petrony.
- MATOS, Norton de, 1953 – *A Nação Una. Organização Política e Administrativa dos Territórios do Ultramar Português*. Lisboa: Paulino Ferreira Torres, Lda.
- MATOS, Norton de, 1926 – *A Província de Angola*. Porto: Marânus.
- MELO, Daniel de, 1996 – “Matos, José Maria Mendes Norton de” in ROSAS, Fernando; BRITO, J. M. Brandão de (dir.) – *Dicionário de História do Estado Novo*. Lisboa: Círculo de Leitores, vol. II, p. 553-555.
- PINTO, António Costa, 1999 – “Portugal e a Resistência à Descolonização” in BETHENCOURT, Francisco; CHAUDURI, Kirti (dir.) – *História da Expansão Portuguesa*. Lisboa: Círculo de Leitores, vol. V, p. 51-64.
- PROENÇA, Maria Cândida, 2008 – *Questão Colonial no Parlamento, 1910-1926*. Lisboa: Assembleia da República/D. Quixote, vol. II.
- RODRIGUES, Manuel Maria Sarmiento, 1955 – *Unidade da Nação Portuguesa*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar.
- SANTOS, Fernando Piteira, 1984 – “Portugal Império: do mito ao conceito jurídico”. *Revista da Faculdade de Letras*. Lisboa, 5ª série, n.º 2.
- TEIXEIRA, Nuno Severiano, 1998 – “Colónias e Colonização Portuguesa na Cena Internacional (1885-1930)” in BETHENCOURT, Francisco; CHAUDURI, Kirti (dir.) – *História da Expansão Portuguesa*. Lisboa: Círculo de Leitores, vol. IV, p. 494-520.

14 PINTO, 1999: 51-64.

15 José Correia de Oliveira (1921-1976) desempenhou cargos de responsabilidade ministerial junto de Oliveira Salazar. Era ministro de Estado e ajunto do chefe do governo quando, em 25 de março de 1961, concluiu um estudo de unificação do mercado português, encomendado por Salazar.

16 CASIMIRO, [1960]: 329-338.